

Secretário Geral do PMDB defende

O PAÍS • 7

o plebiscito

BRASÍLIA — O Secretário Geral do PMDB, Deputado Milton Reis, ferrenho defensor do presidencialismo, apresentará projeto no plenário da Constituinte em favor da realização de um plebiscito sobre o sistema de governo. Com o afastamento do Presidente do partido, Ulysses Guimarães, durante uma semana, Milton Reis ocupou o primeiro posto na hierarquia do PMDB em Brasília. Na sexta-feira, esteve com o Presidente Sarney e apresentou sua avaliação: ele acha que o presidencialismo tem muitas chances de vencer no plenário, mas ainda assim defende o plebiscito. Para isso, vai trabalhar primeiro na tentativa de derubar o dispositivo aprovado na Comissão de Sistematização, que impede a mudança de sistema de governo por cinco anos.

Embora admita que o mandato de quatro anos aprovado na Sistematização deve ganhar força com as campanhas de rua pelas diretas, o Deputado acredita que há possibilidade de se aprovar os cinco anos desejados por Sarney. O Presidente lhe disse que não vai mais tentar influir no trabalho da Constituinte e que aceitará o que for aprovado. Caso prevaleçam os quatro anos, o Secretário Geral do PMDB entende que será uma "falta de ética" não se aprovar também eleições gerais, menos para governador. A seguir, sua entrevista:

O GLOBO — O que deve ocorrer agora no plenário da Constituinte? Ficam os quatro anos e o parlamentarismo?

MILTON REIS — Eu começo por dizer que o perfil do plenário é bem diferente do perfil da Sistematização. Quando da votação do sistema de governo, nós tivemos uma reunião na casa do então Deputado Prisco Viana, à qual compareceram os Ministros Costa Couto (Gabinete Civil) e Ivan Mendes (SN) e mais de 30 deputados da Sistematização, todos presidencialistas. Todo mundo estava animado e eu disse que não teríamos nem 40 votos pelo presidencialismo. Obtivemos 36 votos contra 57 favoráveis ao parlamentarismo. Nesta mesma Comissão, quando se votou a duração do mandato, obtivemos 45 votos contra 48 pelos quatro anos. Inicialmente perdemos por 21 votos e depois por três. Precisamos lembrar que fazem parte da Sistematização os maiores líderes partidários. Entretanto, a maioria desses líderes ou é de esquerda ou é contrária ao Presidente Sarney. Os que apoiam o parlamentarismo estão divididos em três grupos: os históricos, que sempre desejaram esse sistema e não são o grupo majoritário; o segundo, que é menor que o primeiro, é dos que desejam uma experiência parlamentarista para ver se dá certo no Brasil; o terceiro, a maioria dos parlamentaristas, é o dos ocasionais. Eles são parlamentaristas para subtrair o poder do Presidente Sarney ou, no mínimo, fatias do poder.

— Acredita então numa divisão favorecendo os cinco anos e o presidencialismo?

— Não vejo um cimento que os ligue. Ao contrário: há posições ideológicas e políticas que os separam. Não tenho dúvidas de que o plenário, com um perfil liberal e



Milton Reis: eleições em 88, só gerais

Parlamentaristas ocasionais serão cooptados pelas bases nas praças e passarão a defender o presidencialismo

conservador na sua maioria, vai modificar, e acredito até que por margem expressiva de votos, o resultado da Sistematização referente à duração do mandato. Com referência ao sistema de governo, acredito que, à medida em que o movimento pelas diretas em 1988 ganhar as ruas — e as primeiras pichações já estão aí —, esse movimento vai se avolumar. Vai acontecer um fato curioso: esses deputados que se tornaram parlamentaristas ocasionais vão ser cooptados pelas bases. Um dos motivos da fundação do PMDB foi devolver ao povo o direito de escolher o seu Presidente. Em 1984 veio a campanha pelas diretas, sem similar na História, e depois a campanha do doutor Tancredo e do Sarney. Toda a tônica dos discursos era de os dois irem ao Colégio Eleitoral para extingui-lo. O que acontece agora? Muitos companheiros que foram às praças afirmar isto, ao adotarem o parlamentarismo agora estão querendo subtrair do povo este direito. As bases vão cobrar.

— Estas mesmas bases vão cobrar diretas em 1988...

— O risco é este. E eles, no meu entendimento, acabaram sendo cooptados pelas bases na direção do presidencialismo, deixando o parlamentarismo que eles adotaram unicamente para ficar contra o Governo Sarney. O único risco que nós efetivamente poderemos ter, mas que vamos evitar, seria, em ganhando as ruas du-

rante muito tempo, o movimento tomar uma dimensão que o torne inarredável.

— Como vai se evitar isto?

— Ocorre que, dentro de três meses no máximo, dois meses, por aí, nós estaremos votando o sistema de governo e, em seguida, a duração do mandato. Nesse espaço de tempo, as turbinas desse movimento estarão esquentadas, mas os aviões ainda não terão decolados. Isto nos ajuda de uma parte e não nos impede de continuar defendendo os cinco anos.

— Com que argumentos?

— Primeiro, o processo constituinte continua. Nós vamos trabalhar e concluir a Constituição lá por março. Depois de concluída, teremos que elaborar a nova legislação eleitoral e, a seguir, os Atos Complementares. Como vamos fazer todo este trabalho legislativo tendo uma eleição no mesmo ano para Presidente da República? Não haverá esta possibilidade. A eleição vai ficar inviável por essa razão. Caso contrário, nós vamos faltar com nosso dever. Não poderemos fazer as leis complementares, que vão regular os destinos do País. Como se sabe, a Constituição é tão-somente uma regedora de princípios. As leis complementares é que vão tornar substantivas as decisões inseridas na Carta.

— O dispositivo que impede a alteração do sistema de governo por cinco anos atrapalha ou ajuda?

— Nós vamos modificar isto em plenário. Eu discordo deste dispositivo. Eu sou dos que defendem a tese de que temos poder originário para fazer a Constituição, e não apenas para modificá-la, como deseja o doutor Saulo Ramos (Consultor Geral da República). Entretanto, o plebiscito, ou referendo, através do qual o povo comparece para votar — e nós vamos propô-lo —, tem mais poderes. A vontade direta, originária do povo, não é maior que a nossa, derivada? Vão modificar uma hierarquia constitucional, dando maior poder ao derivado do que ao direito do povo? Fica mal até para os que não são constitucionalistas.

— O grande choque parece ser entre as diretas-já e o parlamentarismo...

— A tese defendida por alguns parlamentaristas ocasionais e a tese das diretas-já se conflitam. Os ocasionais, porque o povo vai cobrar deles o direito de escolher o Presidente; e os que querem eleição já, a realidade vai mostrar a eles que, terminando a Constituição, teremos que fazer as leis complementares.

— Alguns políticos, até próximos do Presidente Sarney, acham que o choque dos candidatos à sucessão com o sistema de governo será propício a um golpe militar.

— Não há a menor possibilidade de golpe militar. Primeiro, porque a hierarquia militar está unânime na preservação da ordem constitucional. Segundo, porque abaixo da hierarquia, digamos de capitães e coronéis, mais do que nunca estão ao lado da lei. O ânimo das Forças Armadas é no sentido da consolidação do regime democrático. Eu nem precisaria dizer que a intervenção delas no processo político constitucional do País, durante 20 anos, as

desgastou. E os atuais dirigentes das Forças Armadas sabem que não conviria uma nova intervenção. Não há o menor risco.

— O senhor admite que pode prevalecer a tese de eleições em 88. Acredita que elas possam ser gerais?

— Se houver eleição em 88, será direta e geral. Não temos condições morais de votar apenas uma eleição de Presidente e reservarmos a nós próprios os mandatos que o povo nos outorgou. É um problema ético. Preservo os governadores, que na sua maioria são contra os quatro anos.

— A Sistematização não foi ética?

— Considero que não foi. Eu não votei porque estava viajando. Estava na ONU, em Nova York, mas votaria a favor das eleições gerais. É uma questão ética.

— Todos os sinais que vêm do Planalto mostram o Presidente José Sarney admitindo o mandato de quatro anos como se tivesse desistido de lutar pelos cinco. Ele desistiu?

— Eu estive (na sexta-feira) mais de meia hora com ele. Ele me disse que não vai mais interferir. Aceita o que a Consti-

Se houver eleições em 88, serão gerais, pois não temos condições morais de exigir eleição só para Presidente

tuíte decidir, mas também não vai pedir para seus amigos não trabalharem pelos cinco anos e o presidencialismo. Ele quer agora voltar-se para a administração.

— Que outros temas constitucionais prometem um confronto no plenário?

— A Sistematização fez um belo trabalho. Mas existem excessos, algo em torno de 15 a 20 por cento. Alguns estão na ordem social. Por exemplo: a estabilidade. O que passou vai ser corrigido em plenário. A estabilidade que passou não vai proteger o trabalhador. Ao contrário, vai diminuir o número de empregos. Outro exemplo: lutamos pelo monopólio do petróleo, que depois o Presidente Getúlio Vargas criou em 1953. Até hoje continuamos defendendo isto no que se refere à lavra e à prospecção. Mas fazer o que a Sistematização fez, estender o monopólio à distribuição, já é um ato menor. Você está competindo com a iniciativa privada. As 44 horas de trabalho semanais estão bem. Aprovou-se também uma proposta pela qual as doações ou vendas de terras públicas a partir de 1962 e a partir de três mil hectares sejam examinadas por uma comissão do Congresso. Eu não comprei nem ganhei terras, mas temos de lembrar que a lei não prejudica o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada. Estes são pontos que o plenário vai corrigir. E acho que teremos, talvez, a melhor Constituição brasileira.